

## **Breves anotações sobre Imperialismo, Estado e Relações Internacionais.**

### **Notes on Imperialism, State and International Relations**

Luiz Felipe Brandão Osório<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O texto orienta-se por um mapeamento inicial das perspectivas teóricas sobre imperialismo, a partir das teorias marxistas do Estado e das relações internacionais. Nesse enlace teórico, o périplo entre as mais variadas concepções marxistas sobre imperialismo passa por três debates, pautados na historicidade do capitalismo por crises estruturais e grandes guerras entre as potências, dada pela teoria materialista do Estado. Por conseguinte, o artigo estrutura-se pelo entrelaçamento de duas balizas de sistematização do pensamento sobre imperialismo, que não são mandatoriamente correspondentes: a) a cronológica que abarca a periodização histórica em três fases, desde sua gênese no final do século XIX (1870 a 1945), passando por suas transformações (1945 a 1970), até sua forma hodierna no século XXI (1970 até os dias atuais); e b) a teórica que ordena as diversas perspectivas sobre imperialismo pela ênfase que o conceito confere aos aspectos econômicos (lei do valor, seus movimentos e suas manifestações), aos políticos (luta e correlação de classes e de grupos) e à inter-relação destes dentro do espectro marxista. Munido desses critérios, o trabalho objetiva estimular discussões e servir de fermento para reflexões vindouras sobre o horizonte ainda pouco explorado do marxismo nas relações internacionais.

**Palavras-chave:** imperialismo; Estado; relações internacionais; capitalismo.

#### **Abstract**

The text is oriented by an initial mapping of the theoretical perspectives on imperialism, from the Marxist theories of the State and international relations. In this theoretical link, the passage between the most varied Marxist conceptions of imperialism passes through three debates, based on the historicity of capitalism by structural crises and great wars between the powers, given by the materialist theory of the State. Therefore, the article is structured by the interweaving of two beacons of

---

<sup>1</sup> É autor do livro *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*, pela Editora Ideias e Letras. Pós-doutor em Direito Político e Econômico e doutor em Economia Política Internacional. Professor de Direito e Relações Internacionais da UFRRJ.

systematization of thought about imperialism, which are not necessarily corresponding: a) the chronological one that encompasses the historical periodization in three phases, from its genesis in the late nineteenth century (1870 to 1945), passing through its transformations (1945 to 1970), to its current form in the 21st century (1970 to the present day); and b) the theoretical that orders the different perspectives on imperialism by the emphasis that the concept confers on the economic aspects (value law, its movements and its manifestations), the politicians (class and group struggle and correlation) and the interrelation of these within the Marxist spectrum. Armed with these criteria, the work aims to stimulate discussion and serve as a leaven for future reflections on the still unexplored horizon of Marxism in international relations.

**Keywords:** imperialism; State; international relations; capitalism.

### **Introdução**

Em meio ao jubileu centenário dos primeiros debates, o imperialismo retoma a carga em plena potência. Dado como esgotado e superado, ressuscitou como atual e incontornável nas discussões internacionais. Após um curto interregno de ilusória prosperidade no limiar da transição entre séculos, o tão propalado termo volta à boca e aos ouvidos dos operadores e dos estudiosos das relações internacionais. Em muito o protagonismo hodierno deve-se aos rumos práticos e teóricos que impactaram o estudo do sistema internacional. Torna-se ferramenta indispensável para entender um mundo que se gaba em níveis inéditos de produtividade e de desenvolvimento tecnológico e, ao mesmo tempo, padece da deterioração exponencial das condições sociais pelos continentes<sup>2</sup>. Os acontecimentos registrados nas primeiras décadas do século XXI (que apesar de breve, já manifesta contraposições interessantes) impõem às correntes teóricas e aos embates políticos novas tarefas.

No plano prático, o cenário de degradação ilustra o panorama nefasto: elevação dos índices de violência; acirramento das convulsões sociais, com a respectiva concentração de renda; patentes explorações econômicas e sociais, balizadas pelo racismo, intolerância e xenofobia; e exacerbação das rivalidades interestatais, acompanhadas de movimentos militares e de conflitos pontuais, presentes em todos os quadrantes do globo. No teórico, após o breve período de brumas no fechamento do século XX, a realidade internacional trouxe à baila novamente a imprescindibilidade do

---

<sup>2</sup> Cf. Sader, 2000. Interessante trabalho de comprovação empírica das discrepâncias acintosas entre o desenvolvimento produtivo tecnológico e os índices socioeconômicos de bem-estar.

debate crítico sobre o papel do Estado no capitalismo, fomentados pelas reverberações nefastas do fenômeno da intensificação da internacionalização das relações de produção, que se reflete pelas diversas áreas do saber.

A miséria e o horror que povoam a concretude das relações internacionais impõem pela consideração premente do imperialismo, tanto na prática quanto na teoria, como elemento indisfarçável e estrutural. Refletir sobre esse vocábulo não é um exercício simples. Ele traduziu os rumos do desenvolvimento do capitalismo desde o século XIX, tendo oscilado como nenhum outro na trajetória sistêmica. De conceito crítico passou a criticado, de virtuoso a desvirtuado. De tema reluzente foi relegado às sombras, tido como ultrapassado e esgotado, até seu ressurgimento. Com fulcro em sua incômoda atualidade, a visão crítica acerca das relações internacionais volta-se para o manancial do imperialismo. Esse fenômeno é de tamanha amplitude que não cabe em si, ou em fronteiras artificiais, seus desdobramentos ocorrem e/ou afetam o âmbito internacional por essência. Imperialismo e relações internacionais mesclam-se como se fossem gêmeos siameses, não se podendo tratar de um sem mirar o outro. A inerente interface não é, entretanto, obra do acaso ou uma construção dada e inacabada. Sim, ela foi erigida ao longo dos anos, tendo a historicidade dessa figura um aspecto nodal, ganhando feições distintas. Nesse diapasão, é imprescindível apontar sua especificidade necessária, para que não se perca a precisão teórica em abordagens abstratas, a-históricas e transcendentais.

O conceito de imperialismo carrega consigo há séculos conteúdos e estereótipos que podem retroceder ao patamar da imprecisão teórica. Desde o resgate dos impérios da antiguidade, como o romano, passando pelos grandes poderes feudais, atravessando as monarquias absolutas modernas, até chegar à era dos impérios contemporânea<sup>3</sup>, todo esse arco histórico foi e pode ser pintado aleatoriamente sob a tinta do imperialismo. Ainda que se verifique a existência de violência, opressões e explorações como condicionantes em todos os momentos, o atrelamento ao aspecto quantitativo enclausura o cientista à aparência da investigação fenomênica, perdendo a precisão da lente analítica em um espaço difuso e distinto em suas bases. O passo científico decisivo para desvendar a real essência do imperialismo toma a direção da compreensão dos mecanismos e da estrutura que lhe conferem especificidade, ou seja, o seu aspecto

---

<sup>3</sup> A referência ao termo era dos impérios é uma alusão de deferência ao ímpar historiador Eric Hobsbawn, de importância seminal para a compreensão da contemporaneidade, que escreveu obra homônima à expressão citada, *A Era dos Impérios (1875-1914)*.

qualitativo<sup>4</sup>, que permite identificar o imperialismo, a partir de certo ponto histórico, com conteúdo e forma particulares, que contrastam irremediavelmente em relação a experiências anteriores.

Em que pese às coincidências pontuais ou aos traços excepcionalmente semelhantes, não há como delinear liames que aproximem ínterim tão díspares quanto o Império Romano da antiguidade e os impérios contemporâneos do pós-século XIX. Apesar de o significado ancestral do léxico latino<sup>5</sup> trazer consigo o uso da força e a dominação, os fenômenos históricos não são coincidentes nem mesmo comparáveis. Isso porque a violência para a imposição da vontade dos mais fortes é um fenômeno que transcende as sistematizações históricas. Pode ser verificado desde a antiguidade até a contemporaneidade. O que não significa dizer que o conceito de imperialismo se reduz à coerção, nem que deve ser retomado e traçado a partir dos primórdios das civilizações. Nesse sentido, é fulcral traçar nortes que orientem a narrativa científica.

### **1. Imperialismo, marxismo(s) e Relações Internacionais**

É a partir da emergência do modo de produção capitalista, inaugurando a contemporaneidade histórica, que determinadas relações sociais e econômicas insculpiram as bases estruturais específicas do imperialismo, delineando as relações internacionais. Em modos de produção pretéritos, o que se tenta associar como imperialismo é impreciso, acontecendo em dinâmicas completamente distintas, haja vista as engrenagens centrais em nada se assemelharem<sup>6</sup>. Em outras palavras, o imperialismo alicerça-se e desdobra-se em um contexto político-econômico muito específico, aquele moldado pelas relações sociais capitalistas concretas. No cerne desse construto está a forma mercantil, da qual derivam os mecanismos de operacionalização dessa sociabilidade, como a forma política estatal (no qual se insere o Estado burguês, o Estado-nação ou o Estado nacional), o qual é o ator que caracteriza nominalmente a

---

<sup>4</sup> É possível executar uma analogia ao raciocínio exposto por Mascaro (2013b), para explicar o direito na contemporaneidade, utilizando didaticamente o par quantidade/qualidade para revelar a essência jurídica.

<sup>5</sup> Para Andersson (2001) e Kurz (2003), o vocábulo latino *imperium* já traz inerente a conotação do poder de ordenar. O poder de dominação e seu caráter repressivo podem ser verificados nas civilizações mais remotas, o que, em nada, permite que sejam comparadas à especificidade capitalista que moldou os contornos do fenômeno na atualidade.

<sup>6</sup> Em sua visão específica sobre a teoria do valor, cuja ênfase é o sistema moderno produtor de mercadorias, Kurz (2003) contribui decisivamente para o esclarecimento dessa especificidade capitalista ao fenômeno imperialista, munido de sua concepção atrelada à nova crítica do valor. O império romano, por exemplo, não foi edificado mundialmente sobre a forma do valor, constituindo em seus limites um sistema universal de produção de mercadorias. O grau de socialização e o centro estrutural ao redor do qual gravita a sociabilidade capitalista são incomparáveis.

interação dos agentes. Assim, o imperialismo finca seus sustentáculos na manifestação mais plena do capitalismo, o sistema internacional, por meio do pilar econômico, a acumulação capitalista permeada pela contradição entre nacionalização e internacionalização dos capitais no mercado mundial, e do vetor político, pela organização política dada em uma multiplicidade, uma coletividade de Estados, agrupados em rede dinâmica de permanente competição entre forças desiguais materialmente.

Assim, antes de maiores aprofundamentos conceituais, é fundamental pontuar que a compreensão do imperialismo passa necessariamente pelo entendimento do capitalismo, e conseqüentemente do Estado nacional. Logo, falar em imperialismo é tratar de capitalismo; abordar as relações internacionais é tocar em capitalismo. Essa primeira demarcação conduz ao escapamento das armadilhas que encontra pelo caminho do desvendamento do significado de imperialismo. Abandonando as visões totalizantes vulgares, é preciso superar as vertentes contemporâneas que buscam se acoplar nas concepções críticas e, assim, confundi-las. Não faltam livros ou estudos que ambicionaram mapear o imperialismo, seja para compreendê-lo, seja para enterrá-lo ou até para ressuscitá-lo. Desde análises compartimentadas (conceituando-o por vieses apartados, como somente um vocábulo político ou estritamente econômico), até perspectivas positivas e negativas, bem como abordagens teóricas e empíricas, é possível identificar leituras dos mais díspares matizes políticos. Mais que um conceito acadêmico, tornou-se antes uma palavra de ordem e uma bandeira luta de política<sup>7</sup>. Portanto, pululam tentativas de apropriação<sup>8</sup>. A miríade de enfoques atrapalha muito, pois leva à confusão e, conseqüentemente, às imprecisões teóricas e conceituais. A multiplicidade de escritos sobre a questão não a esgota, todavia; requer ser elucidada.

A explicação plena e ampla do imperialismo como manifestação específica do capitalismo é dada pelo horizonte teórico das Relações Internacionais. O panorama atual demanda um estudo orgânico e sistemático das relações internacionais, o qual perpassa inexoravelmente o estabelecimento de balizas metodológicas que viabilizem um olhar coerente e rigoroso sobre sua trajetória. Com fulcro nessa empreitada, é pertinente adentrar nas Relações Internacionais, enquanto campo científico. Nesse exercício, cabe

---

<sup>7</sup> Cf. Hirsch, 2010.

<sup>8</sup> Há que se ressaltar que o imperialismo pode ser debatido pelas mais diversas vertentes políticas e históricas, e o foi. Para este trabalho não serão levados em consideração as perspectivas que analisam as experiências pré-capitalistas e aquelas que escapam aos círculos marxistas, tendo em vista a necessidade de situar o imperialismo em sua especificidade capitalista.

ao leitor atentar para as falácias postas pelas abstrações que cooptam essa seara científica para uma verve orgulhosamente e manifestamente ostentada como conservadora<sup>9</sup>. É interessante ressaltar como a narrativa científica das Relações Internacionais trata suas promíscuas relações com os aparatos governamentais, gabando-se de ser uma ciência que se limita a repetir e, eventualmente, a sofisticar os discursos e posições oficiais dos Estados nacionais. Quando, em verdade, ratificam estratégias de dominação, universalizando conceitos em abstrações que travestem interesses de classes sociais singulares. Há toda uma literatura que se evoca ser a dominante no estudo das Relações Internacionais que alicerça o início da verve acadêmica e científica da matéria nos estertores da Primeira Guerra Mundial<sup>10</sup>. Na emergência de um novo cenário, de decadência britânica e ascendência estadunidense em um condomínio fraternal de poder que se impunha ao, então, ameaçado mundo capitalista, pós-1917. Como se, por exemplo, as discussões anteriores, notadamente as da Segunda Internacional, os debates pioneiros e a polêmica entre Lênin e Kautsky sequer tivessem existido<sup>11</sup>.

A partir da expansão do capitalismo pelos quadrantes do globo, a investigação científica inaugurou novos patamares, mas manteve o caráter enviesado<sup>12</sup>. A aridez teórica predomina em seu horizonte. Há uma flagrante limitação entre os paradigmas teóricos, calcados na inócua discussão entre idealismo/liberalismo<sup>13</sup> e realismo, e seus desdobramentos<sup>14</sup>. Por exclusão o que não se encaixa nesse eixo é colocado no balaio das (descuidadamente chamadas) teorias críticas. A imprecisão e a incorreção desse

---

<sup>9</sup> Cf. Teschke, 2016.

<sup>10</sup> As Relações Internacionais teriam sido pensadas, enquanto ciência, a partir da criação da cátedra *Woodrow Wilson* na Universidade de Gales, em 1919, ocupada pelo burocrata e diplomata Edward Carr (1892-1982), um dos principais negociadores do Tratado de Versalhes. Sua atuação destacada na conferência do pós-guerra credenciou-lhe a ocupar o posto acadêmico. Esse símbolo da construção enviesada que se vendeu aos outros países como marco inaugural de caráter científico de Relações Internacionais pertence ao monopólio das teorias anglo-saxãs na disputa também pelo conhecimento em âmbito mundial (MONTEIRO e GONÇALVES, 2015).

<sup>11</sup> Assunto a ser tratado posteriormente, ainda nesse texto, no momento devido do debate pioneiro.

<sup>12</sup> É possível traçar um paralelo interessante sobre a expansão da lógica anglo-saxônica sob a liderança da hegemonia estadunidense e a difusão dos estudos de Relações Internacionais pelo mundo. O saber estadunidense das relações internacionais, por sua posição central, se constituía em uma imbricação ilustrativa, envolvendo a interligação direta entre academia e burocracia estatal, constando na lista dos expoentes teóricos de Relações Internacionais os membros do Departamento de Estado (e de outras posições) dos governos dos Estados Unidos assim como o foi e continuou sendo na Grã-Bretanha. Ainda, para o autor, nitidamente manifestava-se um esforço dos Estados Unidos em criar uma elite acadêmica/governamental para justificar e pensar a liderança estadunidense pelo mundo, em uma tentativa de enfraquecer os isolacionistas internamente.

<sup>13</sup> Aqui não se confunde os dois termos, reconhecendo as distinções filosóficas entre as matrizes de pensamento idealista e da vertente liberal. No entanto, seguindo a literatura especializada em Relações Internacionais, a qual utiliza os vocábulos como sinônimos, colocam-se as duas tradições no mesmo polo.

<sup>14</sup> Cf. Fernandes, 1998.

agrupamento dificultam ainda mais o estudo alternativo. Para que a crítica que não fique comprometida é fundamental extrapolar o monopólio anglo-saxão, sem o qual não se consegue enxergar além da superfície. O pensamento único e tecnicista busca descolar-se das críticas ao apresentar-se como puro, aparentando rigor científico. As Relações Internacionais padecem do mesmo mal da especialização que contamina as ciências sociais como um todo. A falta de uma abordagem ampla que enfoque o objeto de estudo, mas a ele não se circunscreva, agregando outras áreas, é a regra e não a exceção. A inter ou multidisciplinaridade das Relações Internacionais não é a sua mácula, como pensam os puristas, ao contrário, é a sua imanência, que não se coaduna ao dogmatismo da departamentalização e consequente segregação das áreas do conhecimento.

Por isso, o marxismo revela-se a ciência apta a decifrar os enigmas esfíngicos das relações internacionais. O marxismo é a ciência internacionalista por essência, aquela capaz de captar a plenitude do capitalismo, modo de produção que somente se completa em âmbito internacional. Em meio ao contexto histórico e estrutural da heterogeneidade entre países que predomina no sistema internacional, nada melhor do que evocar a concretude da totalidade social dos fenômenos sociais para apreender sua essência. A inserção do marxismo nos debates internacionais, além de imprescindível, é incontornável para superar a aparência de sofisticação e penetrar até o cerne da realidade. É a tradição marxista que conferirá as balizas metodológicas e teóricas para que se possa haurir a interpretação científica sofisticada, completa e fidedigna às relações internacionais. São os autores marxistas que enfocam o papel do Estado e do capitalismo na dinâmica internacional. Por isso, eles têm como categoria central o imperialismo, atribuindo a esse fenômeno político-econômico a devida luminosidade.

## **2. Marx e Relações Internacionais**

Nessa empreitada, é perfeitamente plausível redimensionar as balizas do estudo das relações internacionais. Nesse diapasão, a segunda demarcação introdutória segue o raciocínio: se o imperialismo é moldado pelo capitalismo e se manifesta, por essência, em âmbito internacional; é o marxismo nas relações internacionais que viabilizará sua leitura fulcral. É a vertente que franqueará o horizonte teórico necessário para desenvolver os nortes do conhecimento científico. Em suma, como a visão de Marx é focada na anatomia da sociedade capitalista<sup>15</sup>, o marco temporal só pode ser a

---

<sup>15</sup> Em meados do século XIX, com a sociabilidade burguesa já estabelecida na Inglaterra e em franca expansão pela Europa continental, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) transformam

contemporaneidade, a consolidação e o espraiamento do modo de produção capitalista pelo mundo. É somente no capitalismo que o imperialismo adquire especificidade, tornando-se elemento estrutural, sem o qual não se consegue compreender plenamente a essência das relações internacionais. Historicamente, verificou-se a existência de formas em torno da exploração, violência e dependência, que adquiriram uma face determinada com o capitalismo, a partir da reprodução das relações de produção pelos quadrantes do globo. A dinâmica globalizante já era anunciada pelo alemão de Trier, na obra conjunta com Engels, em meio à realidade industrial daquele íterim.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. (MARX e ENGELS, 2010, p. 43).

O que se comprova desde os primeiros esboços de investigação sobre a sociabilidade capitalista. Ao longo das várias linhas de suas obras<sup>16</sup>, bem como no plano de estudo que traçou, as reflexões marxianas sobre Estado e mercado mundial encontravam-se presentes. O mercado mundial é desenvolvido como parte final concluinte de sua pesquisa<sup>17</sup>. Desde os esboços da crítica à economia política já é

---

completamente o pensamento social ao elaborar uma teoria crítica acerca do modo de produção capitalista em seu permanente movimento de evolução, traçando a anatomia da sociedade burguesa, com o fulcro de interpretar a realidade, mas não apenas. O objetivo final era compreendê-la para transformá-la radicalmente (pela raiz), revolucioná-la. Assim, lançam as bases do pensamento crítico mais completo da contemporaneidade, alicerçado no método materialista histórico-dialético. O estudo do capitalismo com fulcro em sua origem histórica enquanto um sistema socioeconômico e seu lugar na história da humanidade inaugura o rompimento com as vertentes anteriores e estrutura novos alicerces do pensamento social. Por essa concepção, o que se verifica na decorrência dos modos de produção pelos tempos é o inerente conflito entre as forças materiais, em uma relação necessariamente dual e conflitiva, não podendo existir uma classe sem a outra, e nunca unitária. A acomodação das lutas leva a formas sociais concretas que estruturam a sociabilidade capitalista. Das premissas marxianas partem inexoravelmente as reflexões que se propõem críticas acerca da realidade vigente. Cf. Marx, 2013; Rosdolsky, 2001; Naves, 2008.

<sup>16</sup> É possível identificar por suas obras excertos esparsos que tratam de mercado mundial, monopólios e competição, bem como da expansão do capitalismo pelo mundo, com maior ênfase, desde o *Manifesto Comunista* (1848), que escreveu com Engels, passando pelos *Grundrisse* (1857-1858) e, mais claramente, nos Tomos I e III de *O Capital* (1867 e 1894), sem relegar completamente outras obras.

<sup>17</sup> O que se trouxe à tona com a publicação dos *Grundrisse*, de 1857-1858, foi a relevância do âmbito internacional para a compreensão plena do capitalismo. O plano originário estrutural para *O Capital* perfazia o caminho completo em 6 volumes, a saber: 1) sobre o capital (com uma seção para o capital em geral, com ênfase no processo de produção, no de circulação e nos lucros e juros; uma segunda seção sobre a concorrência; um terceiro sobre o sistema de crédito; uma derradeira sobre o capital dividido em ações); 2) sobre a propriedade da terra; 3) sobre o trabalho assalariado; 4) sobre o Estado; 5) sobre o comércio internacional; 6) sobre o mercado internacional e as crises. Quase dez anos depois, em 1865, Marx optou por um esquema mais enxuto e mais próximo daquele efetivamente publicado, dividido em quatro livros. O Livro I ficaria por conta do processo de produção do capital. O Livro II referente ao

possível descobrir elementos que conferem o substrato teórico necessário para as análises. Em seu tempo, Marx já delineara os traços que contornariam debates que perpassaram a história do capitalismo e das relações internacionais.

Aqui aparece a tendência universal do capital que o diferencia de todos os estágios de produção precedentes. Embora limitado por sua própria natureza, o capital se empenha para [o] desenvolvimento universal das forças produtivas e, desse modo, advém o pressuposto de um novo modo de produção, fundado não no desenvolvimento das forças produtivas para reproduzir e, no máximo, ampliar um estado determinado, mas onde o próprio desenvolvimento das forças produtivas- livre, desobstruído, progressivo e universal- constitui o pressuposto da sociedade e, por isso, de sua reprodução; onde o único pressuposto é a superação do ponto de partida. Tal tendência- que o capital possui, mas que ao mesmo tempo o contradiz como modelo de produção limitado e, por isso, o impele à sua própria dissolução- diferencia o capital de todos os modos precedentes e, ao mesmo tempo, contém em si o fato de que o capital é posto como simples ponto de transição. (MARX, 2011, p. 445-446).

A imanente tendência à expansão do capital é detectada por Marx, sem que ele tenha feito referência direta ao termo imperialismo e sem que tenha realizado um estudo sistemático sobre as relações internacionais. Ainda assim, a prematura morte do intelectual alemão, em 1883, não impediu a fertilização de suas ideias em um século de ebulição e de consolidação da classe operária<sup>18</sup>. À sua época fez brilhantes análises sobre o colonialismo britânico em locais distintos, denunciando a essência dessa prática, as quais repercutiram mundialmente (CARNOY, 1994). Malgrado os relevantes escritos de Marx sobre política internacional, nos quais, em artigos de conjuntura, publicados em periódicos<sup>19</sup>, impunha sua visão sobre as experiências ultramarinas britânicas, o pensador alemão não legou obras sistematizadas e acabadas sobre o tema. Mesmo assim, a tendência expansiva do capital foi ressaltada ao longo de seus escritos. “A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito de capital”. (MARX, 2011, p. 332).

---

processo de circulação do capital. O Livro III tocante ao processo global da produção capitalista. Por fim, o Livro IV sobre história da teoria. Não obstante toda a polêmica acerca das edições e compilação *post-mortem*, o que se denota, por ora, é a preocupação nas reflexões marxianas com a expansão do capitalismo no espaço internacional. Cf. Marx, 2011; Rosdolsky, 2001.

<sup>18</sup> Com apoio nodal de Engels, a continuação de seus escritos puderam constituir outros volumes de sua obra mais significativa e impactante ainda puderam ser publicados. Os volumes seguintes d’O Capital foram publicação post-mortem por Engels. O Volume II em 1885 e o III em 1894. De 1904 a 1910, Karl Kautsky publicou outros textos de Marx, cuja compilação foi chamada de Volume IV, cujo título original era Teorias do Mais-Valor, em português. O trabalho de edição de Kautsky foi muito criticado, não sendo aceito por muitos como a continuação da ciclópica obra marxiana (ROSDOLSKY, 2001).

<sup>19</sup> Cf. Ferreira, 1999; Carnoy, 1994.

Para além de esboços e rascunhos, também em sua obra magna, Marx (2013), ao tratar das relações de produção, enfatizava a dinâmica entre anarquia e despotismo que cercava os capitais, que dentro de si são arbitrários, mas entre si são rivais em franca disputa descoordenada e sem limites espaciais. Nesse sentido, o capital somente existe em multiplicidade, coletividade; por meio da interação entre os muitos capitais as leis gerais do capitalismo se concretizam. Um único capital universal é uma contradição em termos. É característico do capitalismo, o qual se desenvolve pela competição, que é a fonte e a expressão da anarquia da produção. Logo, para Marx (2013), as relações sociais capitalistas tomam a forma dual de anarquia e despotismo. Entre muitos capitais há a anarquia; dentro de cada capital, o despotismo. Cada relação, anarquia e despotismo, é a condição uma da outra. Assim também o é entre os Estados, dentro das suas fronteiras perante seus nacionais (sujeitados a seu direito), soberano, despótico; e fora, na inter-relação com seus pares, reina a anarquia, a falta de um comando central e hierarquicamente superior.

Não obstante a ausência de uma seção explícita sobre o assunto, um olhar mais atento conduz o leitor às chaves da reflexão marxiana, que passam necessariamente pela forma capitalista mais desenvolvida, o mercado mundial. Ainda na seção I do livro I a tendência à internacionalização e a relevância do âmbito do mercado mundial ficam patentes, quando trata do dinheiro mundial, que ao deixar a esfera interna de circulação, despe-se das vestes nacionais, adentrando o mercado mundial.

Ao deixar a esfera de circulação interna, o dinheiro se despe de suas formas locais de padrão de medida dos preços, de moeda, de moeda simbólica e de símbolo de valor, e retorna à sua forma original de barra de metal precioso. No comércio mundial, as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Por isso, sua figura de valor autônoma se confronta, aqui, como dinheiro mundial. Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*. Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito (MARX, 2013, p. 215).

É somente no livro III d'O Capital, na reunião inacabada e editada por Engels, que as observações mais assertivas aparecem. Intitulado o processo global da produção capitalista, este volume derradeiro da crítica à economia política argumenta basicamente que o mercado mundial constitui em geral a base e a atmosfera vital do modo de produção capitalista, sendo o pressuposto e o resultado da reprodução das relações sociais capitalistas (MARX, 2017). Essa percepção sugere que o mercado mundial não é

produto da soma de vários Estados ou de suas economias nacionais, senão, é a condição por meio da qual existem as relações entre Estados. O mercado mundial apresenta-se como a forma universal de existência capitalista. Em outras palavras, é por meio do mercado mundial que a mercadoria deixa de ser nacional para ser irrepreensivelmente capitalista. Com esse legado teórico, não foi imprescindível, portanto, para Marx, escrever um livro específico sobre o tema para que este ganhasse consistência e um posterior desenvolvimento notável. Muito além de seu tempo, o filósofo de Trier já interpretava com argúcia os desdobramentos da intensificação das relações de produção capitalistas<sup>20</sup>.

As transformações na produção industrial, com o fortalecimento dos monopólios, a concentração e centralização produtiva, a emergência do setor financeiro e a exportação crescente de capitais, bem como o acirramento das rivalidades e a intensificação do uso da violência e do domínio pelo mundo, impulsionaram as relações de produção capitalista para outros patamares. Marx não viveu esse momento de exponencial transmutação e internacionalização do capitalismo, mas suas premissas foram, todavia, ratificadas ao longo dos tempos. Os autores que lhe sobrevieram, e dele extraíram a matriz teórica, buscaram interpretar suas ideias acerca das relações internacionais e o capitalismo, tendo em vista a inédita expansão das relações de produção pelo mundo. Nessa seara, impõem-se os debates do imperialismo que não apenas inauguram, mas fundamentalmente carregam o estudo das relações internacionais contemporâneas.

Logo, o fenômeno imperialista demanda ser debatido, conforme as vertentes marxistas, em termos de desenvolvimento do capitalismo. É fulcral ir além de análises rasas que se limitam à identificação imediata entre imperialismo e exportações de capitais ou políticas invasivas e intervenções militares. Assim, o edifício teórico marxista do imperialismo é erigido, ainda que em seus vários andares se encontrem interpretações distintas em meio a importantes momentos de inflexão em sua trajetória. A partir desse construto é que se verifica a interface entre imperialismo e relações internacionais, estimulando a visão conjunta e entrelaçada de ambos. O próprio Marx já testamentara pistas que cimentariam os alicerces das investigações sobre a tendência expansiva e universalizante do capital, rastro que foi seguido, com maior ou menor

---

<sup>20</sup> Não fortuitamente, aparece na edição utilizada nesta pesquisa (MARX, 2013) o capítulo 25 do Volume I, a teoria moderna da colonização para tratar do fenômeno emergente e crescente de expansão das relações capitalistas para outras áreas virgens, cujo exemplo inspirador do pensador alemão naquele momento era os Estados Unidos.

linearidade, por aqueles que partiram e partem das premissas marxianas. Na miríade de vetores que se apresentam e nas oscilações sofridas pelo conceito, emerge a tarefa de sistematização e de organização das interpretações consideravelmente distintas, que são inviáveis de ser homogeneamente agrupadas. Portanto, a terceira demarcação introdutória tangencia a observação de que, mesmo dentro do espectro marxista, há que se ressaltar a plêiade de abordagens assimétricas. Sobre essa tarefa premente debruça-se este estudo.

### **3. Três debates sobre imperialismo**

Com fulcro nas premissas esposadas nessa introdução, este texto orienta-se, a partir de seu enlace teórico, pelo périplo entre as mais variadas concepções marxistas sobre imperialismo, trazendo e reforçando elementos da crítica materialista para a compreensão do fenômeno em meio à interface entre capitalismo e relações internacionais. Por isso, a construção de uma argumentação em ciclos teóricos e históricos que desaguará no cume do edifício marxista, cunhado aqui como plena crítica, sem deixar de aventar possibilidades para o aprofundamento e o consequente desenvolvimento do proficuo e necessário, mas ainda atrofiado, diálogo entre marxismo e relações internacionais. Por conseguinte, o livro estrutura-se pelo entrelaçamento de duas balizas de sistematização do pensamento sobre imperialismo, que não são mandatoriamente correspondentes: a) a cronológica que abarca a periodização histórica em três fases, desde sua gênese na transição entre os séculos XIX e XX até sua forma hodierna no século XXI, tendo em vista a transformação do capitalismo em meio à concretude das relações internacionais, indo de 1870 a 1945, de 1945 a 1970 e de 1970 até os dias atuais; e b) a teórica que ordena as diversas perspectivas sobre imperialismo pela ênfase que o conceito confere aos aspectos econômicos (lei do valor, seus movimentos e suas manifestações), aos políticos (luta e correlação de classes e de grupos) e à inter-relação destes dentro do espectro marxista. Munido desses critérios, o trabalho será costurado em três grandes debates.

No que toca à demarcação temporal, há uma aproximação quanto à maioria da literatura. O que se deduz do levantamento bibliográfico é que os autores, em sua maioria, traçam as etapas do imperialismo, tendo em conta as grandes transformações mundiais<sup>21</sup>. Por denominações distintas e caracterizações similares, grande parte dos

---

<sup>21</sup> Não se pode desconsiderar nessa toada os autores que enxergam, por diversos motivos, apenas dois períodos do imperialismo, quer pela limitação cronológica de sua obra, quer pela visão de que os

autores consagrados apontam três momentos. Assim, Andersson (2001), Callinicos (2009), Harvey (2005); Hirsch (2010); Kurz (2003), Martins (2011), Míguez (2013); Panitch e Gindin (2004; 2006); ten Brink (2008); Valencia (2009); Wood (2014) dividem as transmutações do imperialismo em um primeiro período, clássico ou policêntrico, que iria de 1870 até 1945; um segundo que perpassaria a Guerra Fria, até 1991, chamada de imperialismo das superpotências, bipolar, neomarxista; e um terceiro que iria desde a derrocada da União Soviética e a consolidação da globalização até os tempos hodiernos, cunhado como imperialismo pós-Guerra Fria, monocêntrico, ou era da globalização. Nessa toada, o eixo da pesquisa gravita em torno de três ciclos, cuja conformação se aproxima da historicidade capitalista (alicerçada nas crises estruturais) tomada pela escola regulacionista francesa<sup>22</sup>, incorporada e adaptada pela teoria materialista do Estado de Hirsch (2010) e, parcialmente, por Callinicos (2009) e, essencialmente, por Mascaro (2013a).

Logo, não há um pressuposto lógico e linear na história ou efeitos teóricos mecânicos deduzidos da lei do valor que norteiem o desenvolvimento capitalista, mas a complexa e contraditória interação histórica entre os atores sociais e as práticas materiais concretas, enraizadas nas condições sociais de produção. O mérito reluzente

---

desdobramentos do mundo ainda estão alicerçados na configuração do pós-1945. Dentro desse espectro encaixam-se, por exemplo: Arrighi (1983); Barone (1985); Brewer (1990); Leite (2014); Rowthorn (1982).

<sup>22</sup> Nesse sentido, as teorias da regulação vêm agregar em uma relação mutuamente condicionante à teoria materialista do Estado. Dentro do espectro teórico que acabou se formando sobre regulação, o vetor que requer ser destacado é o que dialoga com a economia política marxista, partindo das premissas de Louis Althusser, cujo destaque pioneiro volta-se para Michel Aglietta. Essa corrente emergiu na França no contexto de crise da década de 1970, podendo ser considerada como uma interface econômica das teorias derivacionistas da Alemanha Ocidental, em função da matriz althusseriana. A questão motriz das pesquisas era saber como o capitalismo conseguia sobreviver, tendo em vista o caráter conflitivo e portador inerente de crises da relação capitalista, o que tornaria improvável a acumulação continuada. Haveria algumas formas sociais específicas que tratariam de regular e acoplar tensões e antagonismos. O contexto da década de 1970 e a encruzilhada que se avizinhava ao Estado e ao capitalismo eram propícios para as reflexões teóricas deste porte. Inicialmente desenvolvida em universidades (em Paris e Grenoble) e no círculo do CEPREMAP (Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification), seus artífices, munidos dessas inquietações, buscaram respostas à crise do modelo de bem-estar social pela crítica à economia política que pudesse, ao mesmo tempo, rechaçar as teorias econômicas dominantes, de cunho altamente abstrato. As estruturas e os processos econômicos não deveriam ser analisados sobre critérios de racionalidade pura, mas eivados pelas relações sociais e de poder. A ilusão da ampla direção política conduzindo o desenvolvimento capitalista relativamente livre de crises foi dissipada. A partir do esgotamento do modelo de bem-estar social (e consequentemente do keynesianismo), erigiram-se análises pelos decênios posteriores sobre a continuidade, as crises e as mudanças históricas das sociedades capitalistas. Emerge, assim, uma alternativa à economia política dominante (keynesiana), sem deixar de fulminar a abstração própria da teoria econômica neoclássica e do monetarismo, e mesmo de apontar os vícios dos ciclos marxistas (revisando a crítica marxista à economia política, rearticulando estrutura social objetiva e ação social). Com apoio na teoria econômica institucionalista e na teoria marxista pela verve althusseriana, a teoria inicialmente francesa da regulação mostrou-se frutífera e não ficou restrita a guetos acadêmicos, logo ganhou repercussão mundial. Para mais ver: Hirsch e Roth (1986), Boyer (1990), Lipietz (1985), Hirsch (2010) e Jessop (1991).

desse arcabouço teórico toca a inter-relação das diferentes fases do desenvolvimento capitalista com as estratégias de valorização apresentadas, com as formas político-institucionais correspondentes e com relações sociais de forças. Por essa perspectiva, as categorias intermediárias da economia política propostas para conduzir a discussão acerca das fases de ruptura e estabilidade do capitalismo são o regime de acumulação e o modo de regulação (BOYER, 1990). O regime de acumulação é primordialmente econômico, mas a ele não se limita, envolvendo uma combinação particular de produção e consumo que pode ser reproduzida, não obstante a tendência a crises no capitalismo. A apropriação do resultado do trabalho de outrem acontece legitimada por um núcleo institucional (formal e informal), constituído pelas formas e práticas sociais, suficiente e voltado à acumulação, o modo de regulação. Esse conjunto institucional, ao lado de um vasto complexo de normas, assegura a reprodução capitalismo. A dualidade (regime de acumulação e modo de regulação) não é a junção de elementos indiferentes entre si nem a superposição de dois iguais, mas a coexistência estrutural, que revela um determinado grau de articulação entre seus termos (JESSOP, 1991). Com fulcro nesses dois vetores, estabelecem a trajetória do capitalismo em três momentos: capitalismo liberal (aqui chamado de debate pioneiro), fordismo e pós-fordismo. As crises não são interregnos excepcionais, mas elementos estruturantes e impulsionadores das três fases.

No que se refere ao fio condutor das ideias, o afastamento é mais notado. O relevo aqui atribuído ao cerne das interpretações é distinto. O percurso conceitual do imperialismo é norteado (imerso no amplo espectro da tradição geral do pensamento marxista, mas com ele não se coincide necessariamente, com aproximações e distanciamentos) e permeado pela ênfase, em sua definição, atribuída aos aspectos econômicos e políticos. Nesse sentido, procura-se escapar do alicerce que baseia a maioria da literatura especializada, aquele que muito antes fora identificado como ultrapassado<sup>23</sup>, centrado nas caracterizações do imperialismo, se ultraimperialismo, superimperialismo ou imperialismo coletivo, na tentativa de edificar as controvérsias sobre as polêmicas inaugurais a partir do embate entre Lênin e Kautsky. Independentemente das caracterizações temporais, as vertentes que insistem nesses

---

<sup>23</sup> O debate entre Lênin e Kautsky que gravita em torno da competição crescente por territórios entre países capitalistas, associada à intensa concentração de capitais, foi historicamente superado (ARRIGHI, 1983).

pilares estão munidas das devidas adaptações<sup>24</sup>. Para além dessa dinâmica, ressaltam-se sistematizações bem originais, como as de Callinicos (2009); Côrrea (2012); Kurz (2003); Leite (2017); Martins (2011); Míguez (2013); e ten Brink (2008). Essa pesquisa não adota, entretanto, nenhuma delas especificamente, mas busca extrair das contribuições válidas seus pontos positivos. Em verdade, o motor das inflexões do imperialismo não deve ser detido em separado da trajetória teórica do pensamento marxista em geral, mas inserido nas transformações e rumos tomados pelo capitalismo e sua reflexão crítica. Logo, o norte teórico que irá conduzir o liame organizativo está no destaque conferido à economia, à política ou à interação de ambos pelos desdobramentos das visões marxistas, como o fazem, cada qual a seu modo, Elbe (2010); Hirsch (2010); Mascaro (2013a); Boucher (2015). Portanto, a interface dos eixos histórico-teóricos ocorre em três momentos: no primeiro, inaugura-se a concepção economicista, que estaria atrelada ao período de expansão do capitalismo até a Segunda Guerra Mundial; no segundo, há o rompimento dos limites eurocentristas e uma ampliação do foco do imperialismo, por meio de uma visão abrangente, sistêmica, que se situa em uma transição de paradigmas, mas com viés economicista ainda reluzente, em um curto interregno que irá aproximadamente de 1945 a 1970; e no terceiro, um arco que irá desde a crise do fordismo na década de 1970, passando pela consolidação do pós-fordismo na década de 1990, até os dois atuais, verifica-se a explosão de horizontes, criando um amplo universo (para além de, mas sem descartar o economicismo), que pode ser sistematizado a partir da ascensão do politicismo, suas variáveis (parcial politicismo) e suas contestações (plena crítica), o que abre caminho para se alcançar a crítica materialista do imperialismo.

O debate inaugural é chamado de pioneiro<sup>25</sup>. Do último quartel do século XIX até a Segunda Guerra Mundial é factível traçar um fio condutor entre as ideias que investigaram com profundidade as transformações do capitalismo. Exaustivamente discutido, tendo em vista a genialidade e a centralidade de suas concepções para os desdobramentos das concepções futuras, o rol de autores abordados é quase consensual. Tomando os intelectuais que declaradamente inspiram-se na matriz marxiana de

---

<sup>24</sup> Em maior ou menor medida, as classificações que, por variados motivos, não superam os paradigmas passados nem, por razões óbvias do tempo, chegam a uma visão ampla do imperialismo hodierno, podemos elencar: Arrighi (1983); Barone (1985); Brewer (1990); Rowthorn (1982).

<sup>25</sup> Toma-se o devido cuidado para não repetir a denominação *clássico*, pois, apesar de mais difundida, carrega certa imprecisão metodológica, pois clássicos no pensamento seriam somente os filósofos gregos da antiguidade. Também não se intenciona equivaler a concepção de pioneiro que Warren (1980) tem do imperialismo, como pioneiro ou parteiro do capitalismo. Com o termo busca-se apenas ilustrar a vanguarda dos autores que levaram o marxismo às reflexões inaugurais sobre o tema.

pensamento, e naquele momento se viam como continuadores ou sucessores diretos, emparelham-se Hilferding, Luxemburgo, Kautsky, Bukharin e Lênin. Reservada a peculiaridade de cada um, há elementos que permitem conjugá-los em um mesmo interregno. As preocupações que carregam os autores dessa época estão vinculadas às razões da expansão das relações capitalistas pelo mundo e seus desdobramentos, como as rivalidades interestatais, competição e guerras decorrentes. Gravitando em torno dessas premissas, cada qual assume uma postura particular, expondo suas singularidades dentro dessa gama. Em larga medida, constatavam as transformações evidentes do modo de produção e seus efeitos pelo mundo. O aumento da concentração da produção, a crescente exportação de capitais, a emergência dos monopólios, a intervenção e organização estatal nas economias, as fusões entre capitais e o surgimento do capital financeiro, as incursões coloniais e a eclosão de guerras pelo mundo eram traços inevitáveis da realidade vivente. Esses sinais evidenciavam a expansão do capitalismo pelo globo, o que, por sua vez, ilustrava crise e o conseqüente acirramento das contradições do modo de produção, abrindo frestas que poderiam levar à sua transição socialista ou à sua superação revolucionária. Após a fase do capitalismo concorrencial, as condicionantes detectadas apresentavam a era do capitalismo monopolista, derradeira. As leituras desse cenário pautavam-se pelo viés economicista, atribuindo à base material econômica a força determinante das relações sociais, inclusive do ente político estatal, observando o Estado como resultado da dinâmica financeira, atendendo inevitavelmente aos interesses burgueses.

O segundo debate é o fordista<sup>26</sup>. Em um contexto muito díspar em relação ao predecessor, as visões pioneiras são revisadas e adaptadas à nova realidade concreta, que irá de 1945 até a década de 1970. Nesse rol, expandem-se as reflexões sobre o imperialismo, esgarçando os limites do continente europeu e abarcando outras regiões pelo mundo. Estabelece-se, com efeito, uma dualidade de concepções centrais, que negam e reafirmam o imperialismo, adaptando-o às novas condicionantes; e de visões voltadas à periferia, as quais contribuem e inovam substancialmente ao debate, logo, sendo objeto de uma investigação mais detida. Nesse diapasão, estão presentes a corrente do capital monopolista, os teóricos marxistas da dependência e os terceiro-

---

<sup>26</sup> Denominação dada em função da influência que a teoria da regulação e a teoria materialista do Estado exercem sobre a perspectiva expressa nesse trabalho. O termo em si refere-se ao modo de organização do capitalismo, o qual será melhor delineado no tópico específico.

mundistas<sup>27</sup>. A emergência dos Estados Unidos, enquanto potência hegemônica, e a ascensão da União Soviética que simbolizava a chegada da esquerda ao poder, bem como o espraiamento das relações capitalistas pelos quadrantes do mapa-múndi, conferiram ao capitalismo uma nova face. A reconfiguração ocorreu em moldes fordistas, em uma composição das forças políticas em torno do bem-estar social que permitiu atingir, nas porções centrais, índices de crescimento sem parâmetros no histórico do modo de produção. Nas regiões periféricas, questionava-se o porquê do bloqueio à modernização e da industrialização seletiva. Revisado, o conceito de imperialismo, tendo os pioneiros como baliza (a ênfase às crises de acumulação, à competição interestatal e às guerras), é diluído em outros aspectos, como a dominação do centro à periferia e as relações de dependência desta ao capitalismo central. Em que pese às mudanças substanciais no modo de organização do capitalismo, ressalta-se que esse debate fordista, em termos teóricos, mais se aproxima do que se afasta dos pioneiros. O verniz economicista continua perceptível nas análises, o que não as permitem romper completamente com seus antecessores, mas os colocam senão como um complemento notável das ideias inaugurais do imperialismo. Por essa caracterização e por sua brevidade cronológica, o debate fordista pode ser apontado como um fértil interregno de transição até a inflexão no ínterim sucessor.

O terceiro e corrente debate é o pós-fordista<sup>28</sup>. Gestado, em meio à crise do fordismo nos anos setenta, e consolidado com o espraiamento da globalização financeira, na década de 1990, esse lapso temporal perdura até a atualidade. Na ampla gama de autores que se inscrevem, em meio à dinâmica cronologicamente irregular e teoricamente variada e inovadora, é fulcral dividi-los em três vertentes, o politicismo, o politicismo parcial e a plena crítica. Em um contexto de desconstrução do modelo de bem-estar social e de introdução dos ditames neoliberais, a transformação do rosto do capitalismo impacta fortemente nas relações políticas, econômicas e sociais. Mesclando

---

<sup>27</sup> Sem qualquer conotação pejorativa, sem pretender se rogar na posição de superioridade da arrogância do dito Primeiro Mundo, ao contrário, destacando o caráter autóctone e original das reflexões, são referidos nesse trabalho como terceiro-mundistas aqueles que se voltam à ênfase às trocas desiguais e ao sistema-mundo.

<sup>28</sup> Ressalta-se que o termo pós-fordismo é e pode ser utilizado por correntes não marxistas também. O que fundamenta o uso do conceito nesta pesquisa é o sentido dado pela vertente marxista da teoria francesa da regulação econômica. Seguindo a lógica dos ciclos anteriores (pioneiro e fordista), o pós-fordista embasa-se na concepção de modo de organização do capitalismo que rompe com a anterior, em reação, oferecendo novos patamares a partir do rompimento dos pretéritos. Com maior frequência é cunhado como contemporâneo, por ser o do momento atual. Se considerarmos a concepção histórica da filosofia das ideias, a contemporaneidade é inaugura com as revoluções burguesas no final do século XVIII. Logo, todo o período desde então será contemporâneo. Logo, não cabe a adesão dessa nomenclatura.

o eclipse e a retomada do conceito de imperialismo, ele é reconstruído sob novas bases teóricas. A partir desse ciclo, a matriz economicista passa a dividir espaços com os enfoques politicistas e aqueles que inter-relacionam ambos. Nesse estágio, a internacionalização das relações de produção ganham outros patamares, uma vez que a produção deixa de residir sobre a base nacional-estatal e passa a disseminar-se pelo mundo, em uma organização difusa e desconcentrada. Do fordismo transita-se para o toyotismo, no sentido de racionalizar ainda mais a organização do trabalho. O Estado altera as diretrizes na intervenção em prol de políticas públicas e direitos sociais, reconfigurando-se ainda mais aberto aos sabores e aos dissabores do mercado internacional. Assim, a derrocada dos índices sociais e a baixa do padrão de vida geral são inevitáveis. Emerge um modelo concentrador de renda e orientado para o atendimento de interesses financeiros específicos, minando os acordos socialdemocratas do pós-guerra. Consequência direta da nova correlação é o espraiamento ainda mais intenso e, agora, mais poroso de conflitos e tensões pelo mundo, em ações violentas difusas e incomuns, alterando significativamente o panorama global. Inúmeras tentativas de releitura dessa inflexão emergem, em uma dinâmica amorfa, pela vastidão de diferentes perspectivas. Em meio aos impactos sofridos na academia pelas mudanças, ganham destaque o viés politicista, seus desdobramentos e suas críticas. A partir dessa sistematização do pensamento imperialista, ficará mais nítido o caminho até o cume do edifício marxista, a crítica materialista do imperialismo.

Os ciclos não são herméticos. O que significa dizer que o entrelace das matrizes teóricas nos diferentes momentos é inafastável. Por exemplo, no debate fordista é possível encontrar posições que meramente adaptam as concepções pioneiras à realidade do novo interregno temporal sem inovar substantivamente, assim como se verifica que, mesmo no debate pós-fordista, as visões economicistas ainda se manifestam presentes e de grande relevância, inclusive. Por conseguinte, não se tenta aqui delimitar a porosidade das ideias, mas de marcar os períodos de inflexão na trajetória de desenvolvimento da teorização sobre imperialismo. Por isso, a demarcação em três fases, a pioneira (da Europa para o mundo), a fordista, aquela que alarga o escopo, focando no sistema mundial como um todo, e a pós-fordista, eivada pela explosão de reflexões sobre imperialismo. Naturalmente, não se tem o escopo de esgotar o assunto (o que sequer seria possível); o intuito é munir a literatura especializada de estímulo para discussões vindouras.

O importa ressaltar aos leitores neste ensaio é que o foco do estudo é o imperialismo e as teorias marxistas do Estado, em sua articulação com as relações internacionais, naturalmente. Pelo arcabouço teórico desenvolvido nessa obra ficará patente a relevância desse fenômeno para a plena compreensão do assunto. Há outros conceitos que se inter-relacionam a ele e flertam com um limiar tênue dentro da reflexão de autores que serão aqui abordados. Por exemplo, a hegemonia. Esse vocábulo demanda muito cuidado na sua discussão. Por mais que apareça mesclado ao imperialismo em algumas perspectivas, pelo óbvio e necessário respeito às abordagens que se alicerçam na hegemonia para a explicação das relações internacionais, enfatiza-se que o conceito de hegemonia não será tratado nessa pesquisa (apesar de todo seu apelo entre os autores de verve politicista), quando muito evocado lateralmente, pela inevitabilidade de sua presença e pela consideração da primazia do imperialismo, que coloca a reflexão da hegemonia como auxiliar, muito mais tangente a questões conjunturais que estruturais<sup>29</sup>.

Mediante a exposição das notas introdutórias do estudo que desaguará em um formato mais amplo, de livro<sup>30</sup>, neste curto espaço ficam traçadas as balizas que nortearam maiores aprofundamentos. Em função das limitações pontuais, o objetivo do ensaio é justamente estimular discussões e fermentar reflexões sobre a centralidade do tema para as Relações Internacionais, enquanto campo científico.

#### **4. Observações finais**

Diante da epopeia teórica traçada nesse estudo, a qual parte do limiar entre o crepúsculo do século XIX e a alvorada do XX e que completa atualmente seu jubileu centenário, buscou-se, em meio ao terreno povoado por variadas abordagens e frutíferos debates, pavimentar um caminho, dentro do espectro marxista, que pudesse levar o

---

<sup>29</sup> Em função dessa postura teórica, autores que obtêm grande apelo entre a doutrina de Relações Internacionais, como aqueles chamados de escola neogramsciana (vocábulo que por si só já é problemático e passível de questionamentos sobre sua definição) não serão devidamente abordados. O que os une nesse grupo é o desenvolvimento e a adaptação das premissas expostas por Gramsci, aplicando-as às relações internacionais. Desde Robert Cox, Stephen Gill, Mark Rupert, William Robinson, Adam Morton até Andreas Bieler, dentre outros, há toda uma construção teórica crítica que se alicerça em torno deles. As ideias expostas nessa obra tangenciarão no máximo as diretrizes dos autores aqui tratados, que com os neogramscianos estabelecem um diálogo profícuo, mas com eles não se confundem, como nos casos de Giovanni Arrighi, expoente das teorias do sistema-mundo, e de Leo Panitch e Sam Gindin, marcos do viés politicista do imperialismo (defensores do imperialismo informal). O próprio Gramsci, ao tratar do vocábulo imperialismo, não lhe confere a devida centralidade, inserindo-o dentro do âmbito maior da hegemonia. Cf. Liguori e Voza, 2017, p. 414-415.

<sup>30</sup> Ressalte-se que este artigo é parte do estudo maior, condensado no livro *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*, da Editora Ideias & Letras, publicado em 2018.

leitor à plena compreensão do fenômeno capitalista, estruturante das relações internacionais: o imperialismo. Na toada da desconfiança permanente dos rótulos<sup>31</sup>, dentro do modo de produção capitalista, é sempre atual e necessário descortinar o real caráter de um conceito tão disputado, multifacetado e traiçoeiro como o imperialismo. A ferramenta é a relação umbilical entre marxismo e Relações Internacionais.

Se a tarefa foi traçar uma rota que explicasse as diversas ênfases teóricas aliadas às grandes modificações mundiais, o resultado dessa empreitada foi a superação do olhar estritamente economicista (ênfase à lei do valor, seus movimentos e suas manifestações) e politicista (relevo a questões políticas, luta e correlação de classes e de grupos) rumo ao resgate da nova leitura de Marx iniciada na década de 1970 para explicar a teoria do Estado.

O capitalismo constituiu-se em sua forma mais desenvolvida no sistema internacional. O mercado mundial é o âmbito de manifestação mais alargada do capitalismo. É a arena que capta os fenômenos capitalistas por completo. É a base e a atmosfera de vida do modo de produção capitalista. Logo, estudar o Estado e o capitalismo sem adentrar nas questões internacionais, é como tocar o violino com apenas uma das mãos<sup>32</sup>. O Estado capitalista não surge isoladamente, mas em coletivo, enquanto um sistema de Estados, sendo essa multiplicidade um traço estrutural do capitalismo. O espaço geográfico do capital não é o das fronteiras estatais, senão o internacional. Portanto, o imperialismo somente pode ser debatido por um viés atento à estrutura e à dinâmica do capitalismo global e do sistema de Estados.

Em suma, na cena hodierna, em meio ao acirramento das contradições via desconstituições das miragens modernizantes do capitalismo pós-fordista, é premente revisitar o conceito de imperialismo, retomando sua grandeza, o que não é uma tarefa simples, mas demanda a assunção de uma postura teórica e prática, que impulse o leitor para a fuga do conforto das certezas. Diante do cenário de brumas, a inclinação ao marxismo faz-se pertinente por dois motivos. O primeiro é relativo à busca de válvulas de escape ao contexto atual de lutas. O segundo toca a necessidade de um horizonte teórico para conduzir a militância política à transformação. Compreender os rumos hodiernos é uma tarefa que perpassa inexoravelmente a discussão entre imperialismo, Estado e relações internacionais.

---

<sup>31</sup> Cf. Lipietz, 1988.

<sup>32</sup> Alusão feita por Barker (1991).

Em um momento de crise de acumulação mundial, o retorno aos ensinamentos anteriores, franqueia alternativas para o pensamento e para a luta por novos horizontes. A superação do capitalismo passa pela desconstrução de suas engrenagens. O imperialismo, indubitavelmente, é uma de suas peças cardiais.

### Referências

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDERSSON, Jan Otto. Imperialismus. Text written for Historischkritisches Wörterbuch des Marxismus. Segunda Versão, Julho de 2001. Disponível em: <http://www.marx-seura.kaapeli.fi/archive/imperialism.htm>. Acesso em 20 de março de 2016.

ARRIGHI, Giovanni. The Geometry of Imperialism. The limits of Hobson's paradigm. London: Verso, 1983.

BARKER, Colin. A note on the theory of capitalist States. IN: CLARKE, Simon (ed.). *The State debate*. London: Palgrave Macmillan, 1991, p. 182-191.

BARONE, Charles. Marxist Thought on Imperialism. Survey and Critique. New York: M.E. Sharpe, Inc., 1985.

BOUCHER, Geoff. Marxismo. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2015.

BOYER, Robert. A Teoria da Regulação. Uma análise crítica. Tradução Renée Barata Zicman. São Paulo: Nobel, 1990.

BREWER, Anthony. Marxist theories of imperialism: a critical survey. 2nd. ed. London: Routledge, 1990.

CALLINICOS, Alex. Imperialism and Global Political Economy. Cambridge; Malden: Polity, 2009.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Campinas-SP: Editora Papirus, 1994.

ELBE, Ingo. Marx im Westen : Die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965. Berlin : Akademie, 2010.

FERNANDES, Luis. O Manifesto Comunista e a dialética da globalização. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis. O Manifesto Comunista 150 anos depois. São Paulo: Contraponto/Editora Perseu Abramo, 1998, p. 109-120.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. Globalização: última etapa do capitalismo? *Cadernos CRH*. N° 30/31. Salvador: jan/dez, 1999, p. 265-288.

GONÇALVES, Williams e MONTEIRO, Leonardo Valente. O monopólio das teorias anglo-saxãs no estudo das Relações Internacionais. Revista Século XXI/ESPM. Vol. 6 n° 1. Porto Alegre, Janeiro/Julho de 2015.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRSCH, Joachim; ROTH, Roland. Das neue Gesicht des Kapitalismus: vom Fordismus zum Post-fordismus. Hamburg: VSA, 1986.

HIRSCH, Joachim. Globalização e a mudança social: o conceito da teoria materialista do Estado e a teoria da regulação. Ensaios FEE. Porto Alegre, vol. 19 n° 1, p. 9-31, 1998.

\_\_\_\_\_. Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

JESSOP, Bob. Regulation theory, post Fordism and the State. More than a reply to Werner Bonefeld. IN: BONEFELD, Werner e HOLOWAY, John. Post-Fordism & social form. A Marxist debate on the Post-Fordist State. London: Macmillan Academic and Professional LTD, 1991, p. 69-91.

KURZ, Robert. Weltordnungskrieg. Das Ende der Souverität und die Wandlungen des Imperialismus im Zeitalter der Globalisierung. Berlin: Holermann Verlag, 2003.

LEITE, Leonardo de Magalhães. O Capital no mundo e o mundo do Capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. 2017. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano (1926-1937). Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Sílvia De Bernardinis. Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIPIETZ, Alain. Miragens e Milagres. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo. Tradução de Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Forma Política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.

\_\_\_\_\_. Filosofia do Direito. São Paulo: Editora Atlas, 2013b.

MÍGUEZ, Pablo. El estado capitalista, la crisis financeira y el debate império-imperialismo. IN: KAN, Julián e PASCUAL, Rodrigo (comps.). INTEGRADOS (?) Debates sobre las relaciones internacionales y la integración regional latinoamericana y europea. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013, p. 89-122.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: Ciência e Revolução*. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2008.

PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. IN: PANITCH, Leo e LEYS, Colin (ed). O novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 11-53.

\_\_\_\_\_. As Finanças e o Império estadunidense. IN: PANITCH, Leo e LEYS, Colin (ed). O Império Reloaded. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 65-104.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e Estrutura de O Capital. Tradução de César Benjamim. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/ Editora UERJ, 2001.

ROWTHORN, Robert. O imperialismo na década de 1970- unidade ou rivalidade?. IN: ROWTHORN, Robert. Capitalismo, Conflito e Inflação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 46-73.

SADER, Emir. Século XX uma biografia não autorizada. O século do imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TEN BRINK, Tobias. Staatenkonflikte. Zur Analyse von Geopolitik und Imperialismus- ein Überblick. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2008.

TESCHKE, Benno. Repensando as relações internacionais: uma entrevista com Benno Teschke. Entrevista realizada por George Souvlis e Aurélie Andry. Outubro Revista. Edição 27. Novembro de 2016.

VALENCIA, Adrián Sotelo. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. IN: MARTINS, Carlos Eduardo e VALÊNCIA, Adrián Sotelo. A América Latina e os Desafios da Globalização. Ensaios em Homenagem a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2009, p. 111-134.

WARREN, Bill. Imperialism: Pioneer of Capitalism. London: Verso, 1980.

WOOD, Ellen. O Império do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014.